

## MUSEU DE HISTÓRIA JÚLIO DE CASTILHOS E A ANÁLISE DO INVISÍVEL COMO MEIO DE DESCOLONIZÁ-LO (1925 A 1939)

### JÚLIO DE CASTILHOS HISTORY MUSEUM AND THE ANALYSIS OF THE INVISIBLE AS A MEANS OF DECOLONIZING IT (1925 TO 1939)

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-021>

**Nereidy Rosa Alves**

Mestranda  
UFRGS

E-mail: [nereidy66@gmail.com](mailto:nereidy66@gmail.com)

LATTES: [https://lattes.cnpq.br/4993799765261441](http://lattes.cnpq.br/4993799765261441)

**Giane Vargas**

Docente  
UNIPAMPA

E-mail: [gianeescobar@unipampa.edu.br](mailto:gianeescobar@unipampa.edu.br)

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9076251806577555>

#### RESUMO

O objetivo deste artigo é provocar reflexão quanto à constituição do acervo do Museu de História Júlio de Castilhos entre os anos de 1925 a 1939, de cunho colonial e a contenda de abrir caminhos ao direito à diferença, na tentativa de aprimorar e investir no processo de descolonização, considerando o alcance subjetivo dos objetos musealizados associados ao período escravista. A análise é qualitativa, documental e bibliográfica e tem como base referencial a tese da Dra. Ana Celina Figueira da Silva (2018) que apresenta a transformação do então Museu Júlio de Castilhos, de tipologia enciclopédica para um museu histórico. O estudo dialoga com as teorias de Pomian (1984) de que os objetos são semióforos ao perderem a função original e adquirem função simbólica e com as teorias de Meneses (1987) que defende o museu como construção social e política. O estudo visa analisar e repensar as práticas de modo a alcançar a subjetividade dos objetos da coleção e criar narrativas descolonizadoras e inclusivas.

**Palavras-chave:** Museu de História Júlio de Castilhos; Análise do invisível; Objetos da escravatura; Descolonizar.

#### ABSTRACT

The objective of this article is to provoke reflection on the constitution of the Júlio de Castilhos History Museum's collection between 1925 and 1939, a colonial tradition, and the struggle to pave the way for the right to difference. This effort aimed to improve the decolonization process, considering the subjective impact of museum objects associated with the slavery period. The analysis is qualitative, documentary, and bibliographical, and is based on Dr. Ana Celina Figueira da Silva's (2018) thesis, which presents the transformation of the then Júlio de Castilhos Museum from an encyclopedic typology to a historical museum. The study engages with Pomian's (1984) theories that objects are semiophores when they lose their original function and acquire symbolic ones, and with Meneses's (1987) theories, which defend the museum as a social and political construction. The study aims to rethink practices, explore the subjectivity of exhibited objects, and create decolonizing and inclusive narratives.

**Keywords:** Júlio de Castilhos History Museum; Analysis of the invisible; Objects of slavery; Decolonize.



## 1 INTRODUÇÃO

A partir da leitura e estudo da tese (Silva, 2018), que extraiu da documentação administrativa as informações que ora exploro, foi possível verificar o período, com detalhamento da formação do acervo histórico, incluindo uma pinacoteca, a partir das concepções da história moderna e clássica, configurando o Museu de História Júlio de Castilhos<sup>1</sup> como de identidade regional, calcada na Guerra Farroupilha.

Como ponto primeiro, é preciso pensar que na época analisada na tese, onde a maior ênfase foi o acervo histórico, a oficialidade do racismo não oportunizava questionamentos, nem contestação, muito embora vigorasse de maneira contundente em toda a sociedade brasileira, quer nos espaços públicos quer nos privados. Assim, como elemento do sistema de poder, o racismo integrou a construção das diretrizes políticas institucionais e decretou o que era considerado importante, verdadeiro e validou o acervo com uma proposta excludente e esta passou a ser a narrativa oficial.

Considerar-se-á o período de constituição do Museu Júlio de Castilhos, o pensamento político da época, a cultura e a memória depositada e refletida pelos objetos.

Neste artigo, propõe-se como metodologia a análise documental, a partir dos dados contidos na tese, quanto aos objetos relacionados ao período escravista e relacioná-los à subjetividade contida nos mesmos e usá-las como argumento no processo de descolonização, sob a perspectiva de Krzysztof Pomian (1976) e Ulpiano Meneses (1997).

Daí se sobressai a pertinência de questionar e buscar o desmonte da estrutura colonial com a utilização de práticas que alcancem as zonas de conflito e invista na representatividade com suporte técnico e na transformação dos pontos que formam lacunas que sustentam a desigualdade.

No período que vai de 1925 a 1939, o MHJC era dirigido por Alcides Maya<sup>2</sup>, tendo o historiador Eduardo Duarte<sup>3</sup> como responsável pela organização do acervo histórico. Com expedientes diversos oriundos do Arquivo Histórico, e por intensa campanha junto às municipalidades, o material coletado era submetido à análise dos intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) e, após a apreciação desses, com a chancela do Estado, passava a integrar a historiografia do Rio Grande do Sul e, consequentemente, o acervo do MHJC. O patrimônio tal qual foi formado é importante, mas ganha maiores proporções na medida em que nos debruçamos sobre o conjunto de fatores que levou à formação da coleção e a raiz (alma) dos objetos que foram musealizados.

Aqui cabe trazer os ensinamentos do professor Guarani Santos (1990)

<sup>1</sup> Surgiu em 1903 como Museu do Estado, passando a denominar-se, a partir de 1907, Museu Júlio de Castilhos, nome que permaneceu até dezembro de 2023, quando passou a ser chamado de Museu de História Júlio de Castilhos.

<sup>2</sup> Gaúcho, jornalista, político e escritor. Mentor de um museu de história para o RS.

<sup>3</sup> Professor, médico. Chefiou o Departamento de História Nacional do MJC de 1925 a 1939. Criou a Revista do Arquivo Público do RS.



“A sociedade gaúcha foi estruturada na desigualdade fundante das relações escravistas. Embora o discurso histórico oficial tivesse procurado escamotear esse aspecto pela negação ou minimização da presença histórica do negro e pelo enaltecimento de heróis brancos, essa abordagem teria, segundo ele, ensejado ideal desonesto e imoral, pois ela não daria conta do passado de modo amplo e isento”. (Santos 1990<sup>4</sup> apud Macedo, 2023, p. 44)

Os fatos, de forma inconteste, foram emoldurados pelo sentimento e dentro do contexto colonizador e por si só tendencioso, por excluir os múltiplos personagens, atores, ainda que anônimos, que de fato criaram a história do Estado do Rio Grande do Sul.

Outra afirmação nesse sentido é trazida por Possamai (2001), quando diz que o documento privilegiado era aquele cuja autoria apresentava maior autoridade, sendo seus signatários os personagens políticos e militares que lideravam as campanhas de expansão territorial, na perspectiva da coroa portuguesa, ou no movimento farrapo.

Com isso, tem-se que a posição de ocultação exercida pelos analistas, intelectuais e historiadores que tinham a credencial de legítimos avaliadores não era neutra, já que estava diretamente atrelada a interesses pessoais, militares e políticos dos governantes que os indicavam. Burke (2012) ressalta que seria ingênuo pensar museus como coleções neutras de conhecimento humano e ignorar sua característica de instrumento de colonialismo.

Então, a par disso, a formação do acervo se baseou nas narrativas retóricas e, além delas, por algumas aquisições feitas pelas gestões do Museu de História Júlio de Castilhos, relacionadas a álbuns fotográficos, utensílios, objetos de personalidades políticas, episódios políticos e militares da revolução Farroupilha.

De acordo com a pesquisa (Silva, 2018), foi levantado que o acervo do MHJC contemplava 21 coleções, entre elas, 4 peças relativas à escravatura, que representavam 2,23% da coleção , conforme demonstração em quadro elaborado por Silva. Os objetos referidos da coleção, identificados na pesquisa como *Escravatura*<sup>5</sup>, amplia a presente reflexão e na certa oferece pauta para discussões e análises posteriores. A identificação dos mesmos é de “instrumentos de castigo”.

Mesmo que necessária, aqui não será possível investigar a origem, a localidade cedente dos objetos e o que de fato eles testemunham, mas, sim, um pouco dos reflexos de seus significados.

Pomian (1984) nos ensina que os objetos são capazes de portar sentido entre o visível e o invisível. Valendo-se de tal premissa, é possível colocar atenção nas quatro peças da coleção escravista do MHJC referidas na pesquisa. Os objetos expostos carregam em si a carga de sua materialidade e da sua subjetividade. Ainda, Pomian (1984) admite intercâmbio que une o visível e o invisível e também que a

<sup>4</sup> SANTOS, Guarani. A violência branca sobre o negro no Rio grande do Sul (1725-1889). 2. ed. Porto Alegre: Ponto Negro Brasileiro, 1990.

<sup>5</sup> Nomenclatura que o Museu utilizou na época pesquisada (1925-1939).



manifestação deles pode ser de modos extremamente variáveis. Pela ótica do autor, é possível a comunicação entre o visível e o invisível por meio de objetos e transformar, pela linguagem, algo que se encontra no campo do visível para além, algo que ninguém viu, mas que está ali e fez parte daquele objeto, mas não é visível. Numa afirmação instigante, Pomian (1984, p. 19) diz: “a convicção de que o que se vê é apenas uma parte do que existe”.

Retornando aos objetos que integram a coleção, entende-se que é razoável, já na perspectiva de descolonizar, assimilar esses ensinamentos e, a partir da observação criteriosa, criar uma narrativa fiel aos fatos que ocorriam na época em que tais objetos vinham revestidos de utilidade e eram submetidos apenas ao olhar após serem retirados do circuito de uso, quando perdem a sua utilidade inicial e ganham novos significados, invisíveis, constituindo o que Pomian denomina de objetos semióforos. Era o visível ocupando lugar certo e delimitado no espaço. Muito embora possa as posições (visível e invisível) serem consideradas antagônicas, em determinado momento se entrelaçam porque se entende que o significado faz parte da criação, da formação ideológica daqueles objetos, porém, não revelado, restando escondido nos muros por narrativas oficiais, com posterior reconhecimento oficial.

A análise que se faz parte da informação de que os objetos não têm nenhuma outra informação e daí se depreende que a linguagem deixou de ser utilizada, os classificando tão somente como utensílios que faziam parte da coleção geral de 21 peças.

As transformações pretendidas no processo de descolonizar podem ter a linguagem como grande aliada para desenraizar e reformular as narrativas oficiais e, através dela, trazer o invisível, o subjetivo e dar-lhe a dimensão ampla, decifrando seu significado desde a concepção, a iniciar pela investigação com reconhecimento da autoria, do doador, etc. Pelo passar do tempo talvez essa técnica fique prejudicada, mas vale o exercício onde for possível alcançar. A identidade dos indivíduos é reveladora nos registros materiais, eis que sua personalidade fica ali assinalada. Sabemos, sim, das particularidades do período, mas convém destacar que em relação à identidade, a psicologia social registra traços que revelam a extensão da identidade nas coisas que as pessoas usam e que as cercam, pois refletem agudamente a personalidade de seu proprietário, dialogando com o entendimento de Meneses (1997).

Todavia, como nos aponta Pomian (1984), a palavra não tem por si só o poder de conferir convicção: ela pode ser enganadora, errônea e arbitrária. Entende-se, daí, que ela pode ser validada de um modo ou de outro, que a interferência de seu interlocutor carrega a ideologia e características pessoais. Prefiro pensar que o abismo entre as narrativas pode ser quebrado pela via da investigação, com coleta de dados, sensibilidade, compaixão e uma gama de possibilidades, com amparo técnico e protagonismo legítimo para a construção da história revelando as subjetividades de seus agentes.

O possível combate entre o visível-utilitário e o invisível-significado, não foi trazido para discussão à época, até onde se sabe, e nem levado aos órgãos que avaliavam, criavam documentos e validavam as



peças que poderiam ser musealizadas ou não. Por conta disso, se retoma a afirmação de que o racismo tinha extensão sistêmica e era praticado com legitimidade, com propósito da não inclusão das pessoas negras. Não há como saber se tais objetos causavam algum desconforto ou se atraíam olhares críticos, no recorte de tempo aqui definido, pois o MHJC estava fechado, mas a presença deles compondo uma coleção do Museu de História Júlio de Castilhos só pode ser explicada, num processo de descolonização, com forte referência ao invisível-significado, acompanhada de profissionais com habilidade, competência e conhecimento das informações, sem contaminação. Em toda e em qualquer situação, a observação quanto à utilidade dos objetos no contexto histórico é relevante para identificá-los como históricos, que, como sustenta Meneses (1997), por sua própria natureza e funções, estes privilegiam as classes dominantes.

Os objetos que demonstram o período do massacre escravista, carregados de utilidade no final do século XIX, são considerados de cultura material, Meneses (1997), por pertencer ao segmento do universo físico. E, em sendo cultura, têm trajetória, e carregam consigo sua biografia, e por isso, não basta recompor um cenário material, mas entender os artefatos, o momento e sua dimensão no contexto social. Ao elaborar este trabalho um pensamento foi recorrente: o quanto este cenário doloroso representando a dor pode atrair a população negra para o interior do MHJC?

Entendo que tal questionamento deva ser constante, pois a reflexão nos leva ao pensamento crítico e ampliação da observação, sob outras perspectivas e em especial, a utilidade do objeto exposto. Ele contém significados e o invisível se impõe com força, tornando-se superior, provocando repulsa e distanciamento.

A cultura material, representada pelos objetos que traziam em si um fato dentro de um universo social, tem significado, principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando, na expressão de Macedo (2023, p.41) revela um “vazio historiográfico” passa a ser quebrado com a paulatina valorização de temas de estudo sobre as questões da negritude e suas subjetividades, a partir da década de 1980, tendo a historiadora Beatriz Nascimento (1974) como voz marcante para trazer a reflexão para além dos fatos ligados à escravização.

Pode-se, então, pensar em até que ponto esses objetos silentes, que trazem consigo a biografia das pessoas que os idealizaram e produziram, podem atingir a coletividade e ferir, em especial, a autoestima da população negra. Os objetos estão impregnados de significados e são vetores de subjetividades. Como nos mostra Possamai (2001), o percurso que leva um objeto ou conjunto de objetos a fazerem parte do acervo de um museu não é, de modo algum, aleatório, dele fazendo parte, vontades, desejos e interesses de indivíduos, grupos ou instituições da sociedade.

O que é possível tornar visível, além do que a imagem traz?



A falta de referência imagética positiva nos arquivos históricos pode construir imagem sem referência, como diz Noronha<sup>6</sup> (2012): “o espelho que não reflete, no fracasso da autoestima”.

Temas históricos que geraram traumas são gatilhos preocupantes e precisam de atenção, pois não basta a simples inclusão ou retiradas de objetos expositivos. Ainda nos deparamos com discursos negacionistas e contrários às ações afirmativas. Trago para ilustrar um trecho de uma entrevista com o escritor Jeferson Tenório:

Não significa colocar tudo abaixo, mas problematizar nosso passado. Temos dois grandes temas muito mal resolvidos no Brasil, a escravidão e a ditadura. Portanto, aceitar um monumento, uma placa ou uma estátua como uma única verdade sobre o passado significa diminuir nossa própria história. E como diria Mario Quintana, um erro em bronze pode ser um erro eterno. (ZH. 04/08/2021)

Seguindo na linha do pensar nas alternativas de descolonizar, pode-se levar em conta que Pomian (1984) atribui ao invisível uma superioridade sobre o visível, qualquer que seja a perspectiva, dada a impossibilidade de ser atingido e/ou dominado, seja por que meio for. Já na esfera do visível, muitos meios podem ser empregados e, que é possível raciocinar, pode ser tendencioso e manipulado, como ocorreu na construção da historiografia do Estado do Rio Grande do Sul.

A história do objeto, a sua existência social, sua memória, o que carrega consigo, o confronto com o passado e seu suporte de informações levam, de forma resumida, a defender a revisão das narrativas que compõem o acervo aqui referido, com inovações de toda a ordem e, em especial, pelo compartilhamento na produção de documentos, práticas museológicas, com o fim de construir acervo formando um sistema documental diverso e inclusivo.

Assim, a superioridade do significado do objeto defendida por Pomian autoriza a levar a idéia de produzir documentos sobre os objetos utilitários que compõem a coleção, tal qual foi feito na formação do acervo do Museu de História Júlio de Castilhos, em paralelo ao que está consolidado. Ulpiano (1997) nos alerta que o historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Como ele diz, “documento é um suporte de informação”.

“Corroborando, o pensamento da historiadora Zita Possamai (2001, p. 13) que impulsiona às pretendidas novas práticas”

<sup>6</sup> NORONHA. Raquel Gomes. Narrativas visuais: “ser quilombola” no Museu Afrodigital. Museu Afrodigital e política patrimonial. Org. Sergio Figueiredo Ferretti. São Luís, 2012.



[..] mas mais do que proceder a crítica a uma produção historiográfica datada, que explorou temas hoje parcamente visitados, ou que utilizou procedimentos metodológicos atualmente considerados ultrapassados, importa examinar esses museus como lugar de produção, da celebração e da disseminação de memórias na sociedade e que, nesse aspecto, apresentam considerável potência, haja vista a permanência no presente dos monumentos, esculturas e imagens que lhe dão sustentação. Nesse sentido, a mirada da história insistente necessita desconstruir os museus, suas coleções e suas exposições, almejando não ser confundida com a memória por eles ditada, tarefa árdua e complexa, mas contribuindo para compreender as razões de sua produção e de sua força no presente”.

Descolonizar passa pelo viés político-institucional, que raramente acompanha o ritmo do desejo da população negra de se desprender da herança colonial. Contestar e programar novas práticas são um ato de coragem, e as gestões do MHJC estão, desde o final do século XX, buscando os pontos cegos para programar projetos, programas e atividades educativas para dar fim ao arcabouço colonial .

Há que se reconhecer que o MHJC vem trabalhando na construção da materialidade, oportunizando a visibilidade de grandes personagens do cenário cultural negro gaúcho como o artista Giba- Giba, o ator Sirmar Antunes, o advogado e jornalista Antônio Carlos Côrtes, reparando de forma progressiva as lacunas abertas pelo racismo.

Muitos defendem o fim das instituições museológicas. Aqui se defende a sua permanência, com a urgente abertura e revisão das práticas, pois há um compromisso com o fim da desigualdade.

Conclui-se, por esta análise, que será necessária a condução aprofundada ao invisível validando a subjetividade dos sujeitos negros, com base nos estudos de Beatriz Nascimento (1974), com ações concretas no campo histórico institucional, investindo na representatividade nas mais variadas instâncias, num processo multidisciplinar, para a construção do futuro “dentro” da história, não “fora”, como foi. Como diz Osmundo Pinho<sup>7</sup>, “o mundo antinegro também é nosso mundo”.

Instrumento de castigo



Fonte: <https://acervos.museujulio.rs.gov.br/colecao-escravatura><sup>8</sup>

<sup>7</sup> Professor do PPG em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Antinegritude e representação: descolonizando a biblioteca da Universidade Periférica. MASP Afterall – 2020.

<sup>8</sup> Coleção Escravatura é composta por objetos utilizados como instrumento de suplicio e de castigo no período da escravização. Disponível no site. Acesso em 02/11/2025.



## REFERÊNCIAS

MACEDO, José Rivair.” Racismo, Relações de Poder e História Negra em Porto Alegre: Séculos XIX-XX”. Centro Histórico Cultural Santa Casa; organizadores: José Rivair Macedo, Paulo Roberto Staudt Moreira, Vera Lúcia Maciel Barroso. .Evangraf: ISCMPA. Porto Alegre. 2023.

MENESES, Ulpiano Bezerra. “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”. Rio/São Paulo. 1997.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. Revista de Cultura Vozes, Rio de Janeiro,v.68 n.1, p.41-45, 1974.

PINHO, Osmundo. “Antinegritude e Representação: Descolonizando a Biblioteca na Universidade periférica”. Seminário Arte e Descolonização no MASP-AFTERALL. São Paulo. 2020.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: Enciclopédia Einaudi. V. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 51-86. 1984

POSSAMAI, Zita. “Nos Bastidores do Museu - Patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre”. Ed. EST. Porto Alegre. 2001.

SILVA, Ana Celina Figueira. “Investigação e Evocações do Passado: O Departamento de História do MJC (1925 a 1939)”. Tese UFRGS. 2018.

Website: <https://acervos.museujulio.rs.gov.br/colecao-escravatura> <https://gauchazh.clicrbs.com.br/columnistas/jeferson-tenorio/ultimas-noticias>